

Planilha de análise da macro e da microestrutura de dicionários especializados: uma proposta

*Analysis spreadsheet of the
macro and microstructure
of specialized dictionaries: a
proposal*

Thierry DELMOND (UFMS)
thierry.delmond@hotmail.fr

Aparecida Negri ISQUERDO (UFMS)
aparecida.isquerdo@gmail.com

Recebido em: 29 de set. de 2020.
Aceito em: 22 de out. de 2020.

DELMOND, Thierry; ISQUERDO, Aparecida Negri. Planilha de análise da macro e da microestrutura de dicionários especializados: uma proposta. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 11, n. esp., e2106, p. 17-36, mar./2022. DOI: 10.22168/2237-6321-11esp2106.

Resumo: A escolha de um dicionário especializado construído com respeito às teorias linguísticas e ao público-alvo é fundamental para a aprendizagem. A Terminografia, entendida como a prática da Terminologia, fornece parâmetros para a elaboração e análise de dicionários especializados. Este trabalho tem como objetivo discutir parâmetros para elaboração de uma planilha com critérios e indicadores para análise de dicionários especializados, elaborada com base nos pressupostos da Terminografia e da Lexicografia. Como método, a planilha proposta propicia ainda a sua reutilização em múltiplas avaliações de diferentes dicionários especializados. O trabalho discute ainda os conceitos de *termo*, *Terminologia* e *Terminografia*, referencial teórico que subsidiou a análise da macroestrutura e da microestrutura de dois dicionários, um de Direito Ambiental e um sobre a fraseologia jurídica do Direito da Família, com o objetivo de verificar a aplicabilidade da planilha proposta. A pesquisa mostra que, com a abertura e desenvolvimento desse instrumento, futuras análises no âmbito dos dicionários especializados poderão ser realizadas de modo mais efetivo.

Palavras-chave: Análise de dicionário. Critérios e indicadores de análise. Metaterminografia.

Abstract: The choice of a specialized dictionary built with respect to linguistic theories and the target audience is fundamental for learning. Terminography understood as the practical face of Terminology allows us to elaborate and analyze specialized language dictionaries. Starting from the analysis of specialized dictionaries based on the presuppositions of Terminography and Lexicography, the objective of this work is to elaborate an analysis spreadsheet composed of criteria and indicators. The proposal of the spreadsheet as a method permits its reuse in multiple evaluation of different terminology dictionaries. We intend to study the concepts of term, Terminology and Terminography, since they are conceived to be applied to the analysis of the macrostructure and microstructure of two dictionaries, one of environmental law and one of legal phraseology of family law, in order to check the effectiveness of the spreadsheet. We conclude that, with the opening and development of this tool, future analyses of specialized dictionaries can be carried out more effectively.

Keywords: Dictionary analysis. Criteria and indicators for analysis. Metaterminography.

Introdução

A concepção de um dicionário demanda uma pesquisa aprofundada e uma organização específica, respeitando-se parâmetros da teoria lexicográfica para que sejam atendidos os fundamentos científicos para produção desse tipo de obra. Na área da linguagem especializada, a produção de um dicionário terminológico não difere muito daquela de um dicionário de língua geral, pois “uma teoria das línguas especializadas só pode ser baseada em uma teoria geral das línguas” (LERAT, 1995, p. 24). As entradas que compõem a nomenclatura da obra são os termos selecionados conforme orientações da Terminologia que, por sua vez, fornecem parâmetros para o terminógrafo classificar e organizar os conceitos do domínio. Este trabalho apresenta e discute uma planilha construída para orientar a análise de dois dicionários especializados, um de Direito Ambiental (KRIEGER *et al.*, 2008) e um de fraseologia jurídica do Direito da Família (BADUY *et al.*, 2015). A planilha contempla critérios para análise qualitativa e quantitativa das obras.

Em primeiro lugar, faz-se necessária a discussão teórica acerca de conceitos fundamentais que orientaram a construção da planilha e a sua aplicação na análise dos dicionários selecionados como os conceitos de *termo*, de *Terminologia* e de *Terminografia* para, de acordo com Lerat (1995, p. 20), verificar se os dicionários propõem um “conjunto de expressão denominando em uma língua natural as noções pertencentes a um domínio de conhecimento fortemente tematizado”. Na sequência, a apresentação da macroestrutura dos dicionários aqui analisados permite observar a organização dos dados essenciais que possibilitam

uma boa compreensão da microestrutura, analisada em um segundo momento. Finalmente, e de acordo com os indicadores estabelecidos e registrados na planilha, os resultados da análise orientam, no sentido de confirmar ou negar, a consistência e a organização científica dos dicionários concebidos para uma utilização otimizada pelo público-alvo. Isso porque, como pondera Biderman (2003, p. 86), “um dicionário precisa ser fundamentado em uma teoria lexical, levando em consideração premissas básicas da Lexicologia” e, mais precisamente neste estudo, da Terminologia.

Terminologia, Terminografia e seu objeto: o termo

O aspecto teórico: a Terminologia

O termo *Terminologia* como denominação de uma ciência só apareceu no século XVIII sob a escrita de um professor alemão, Christian Gottfried Schütz, seguido de uma definição de William Whewell (1837), epistemólogo, para quem a Terminologia é “um sistema dos termos usados na descrição dos objetos da história natural” (WHEWELL, 1837 *apud* REY, 1979, p. 7). Essa organização na forma de sistema já é a premissa do suporte escrito para registro dos termos, o dicionário.

No século XX, o precursor moderno da Terminologia como ciência, Eugen Wüster, em seu desejo de normalizar os termos científicos, propõe que as denominações devem refletir, o mais fielmente possível, o sistema conceitual a que se vinculam. Ele defende que, se houver uma intervenção na língua, seria para reuni-los (denominação e sistema conceitual), a fim de alcançar a biunivocidade (WÜSTER, 1985, p. 79), na perspectiva de que uma denominação designa um conceito que é nomeado por um único termo. Historicamente, o aparecimento da Teoria Clássica ou Geral da Terminologia (TGT) ocorre em 1930 com Eugen Wüster, que fornece as bases teóricas para a normalização dos termos relativos à industrialização. Os princípios da denominada “perspectiva conceitual” evoluíram ao longo do tempo sob a influência do próprio Wüster, de outros terminólogos e de organizações europeias de normas e de terminologia (L’HOMME, 2004, p. 24).

A perspectiva conceitual considera que o conjunto dos termos, denominações linguísticas que materializa o conceito de um campo especializado, é um reflexo da organização do conhecimento nesse campo. Esses conceitos estão ligados entre si em uma estrutura ou

um sistema conceitual. Por sua vez, o terminógrafo, para organizar um dicionário especializado, pautando-se na abordagem conceitual, é guiado por esse sistema na escolha dos termos, como também pela consideração das ligações entre eles. Assim, partirá, em primeiro lugar, do conceito para chegar ao termo que é a realização linguística deste último, guiado por um processo “onomasiológico” (REY, 1979, p. 21; BARROS, 2004, p. 65).

Cabe destacar que a Terminologia tem aspectos em comum com a Lexicografia, mas as diferenças quanto à natureza dos itens lexicais estudados resultaram no desenvolvimento de teorias próprias sobre as unidades lexicais especializadas e na definição de uma metodologia com base nessas teorias, o que permite considerar a Terminologia como a tentativa de uma ciência independente da Lexicografia (CABRÉ, 1998, p. 78-80).

Nessa perspectiva, os estudos terminológicos oferecem vários modelos teóricos que, conforme Sager (1990, p. 2), são utilizados para “o estudo e o campo de atividade relacionado com a coleta, a descrição, o processamento e a apresentação dos termos”.

Avançando no tempo, Maria Teresa Cabré, em 1992, na sua “Teoria Comunicativa da Terminologia” (TCT), destaca a dimensão comunicativa da Terminologia, como também seus aspectos cognitivos e linguísticos. Numa abordagem diferente, mas não menos interessante, Gaudin (1993; 2003) concebe a Terminologia pelo viés de sua dimensão sociocultural, bem como pelo seu viés político-linguístico.

Os últimos anos assistiram ao surgimento de novas propostas de abordagem terminológica que podem ser qualificadas como modelo léxico-semântico (L’HOMME, 2004, p. 23-25). Elas parecem ser coerentes com a perspectiva defendida por Bourigault e Slodzian (1999, p. 30) que toma o texto como o ponto de partida para a descrição do termo, construído a partir da análise definindo o lugar do termo em um *corpus*, de uma validação por especialistas e dos objetivos de uma descrição terminográfica determinada, como já havia introduzido Cabré na TCT.

Cabré (2000, p. 23) contesta a abstração feita pelos terminologistas clássicos da linha de Wüster, especialmente, no que se refere à face semântica do signo: aqueles indicam que a denominação se refere a um conceito e não a um sentido. A importância do ato de denominação, como uma relação entre o signo e o conceito, está assim confirmada por Humbley (2001, p. 20):

O ponto de partida é necessariamente a denominação, porque são as denominações que estão nos textos. Essas novas necessidades dão origem a uma nova terminologia textual, em que a preeminência não é concedida ao conceito, mas às denominações, nós estamos testemunhando uma reorientação da Terminologia.

Nesse quadro terminológico, a denominação difere da abordagem lexicológica pelo fato de ser concebida como um componente da base semiótica do termo. Nesse sentido, uma unidade terminológica (UT) atinge o *status* de termo apenas porque ela denomina. O *status* de denominação é reconhecido por todas as correntes e escolas que lidam com a Terminologia e reconhecem a existência da relação estabelecida entre o conceito e o termo. Este último, em todas as correntes teóricas da Terminologia, deve ser percebido como uma denominação e apresentar “um funcionamento denominativo”, o que lhe confere um “valor denominativo” (PETIT, 2009, p. 142). A implementação desses dados é feita pela Terminografia, assunto abordado no próximo tópico.

O aspecto prático: a Terminografia

Focalizados os fundamentos teóricos da Terminologia, na sequência se canaliza a discussão para o lado prático da implementação dessa área de conhecimento, nomeado por Rey (1979, p. 16) como Terminografia e definida pelo mesmo autor como um conjunto de atividades cujo objetivo principal é descrever os termos nos dicionários especializados e nos bancos de terminologia. Essa área de investigação tem como única fonte a documentação especializada e, como função, a normalização dos termos de um domínio especializado (eliminação de sinonímia, definição precisa dos conceitos denominados pelos termos). Essa normalização é realizada com a finalidade de melhorar a comunicação entre especialistas, que são considerados os locutores do domínio em questão. A normalização, geralmente, é objeto de um consenso na comunidade (L'HOMME, 2004, p. 35).

A arquitetura de um dicionário lexicográfico também se aplica ao terminográfico a fim de atender a uma organização científica em relação ao público-alvo escolhido e é dividida em duas estruturas, a macroestrutura e a microestrutura (BIDERMAN, 1998, p. 131-137). Conforme Rey-Debove (2005, p. 1), “todo dicionário articula-se sobre uma macroestrutura (nomenclatura, ou lista de unidades) e

uma microestrutura (programa de informação aplicável a todas essas unidades)”. Essa organização, especificada por Haensch (1982, p. 435), oferece uma visão mais ampla da macroestrutura e permite incluir todas as partes pré e pós-microestrutura, dados que são a base da constituição da planilha aqui discutida.

O trabalho terminográfico se efetua, muitas vezes, a partir de uma lista de conceitos, constituídos em um conjunto estruturado e ligados por conexões lógicas. Atribui-se, em seguida, a cada conceito uma unidade de denominação, o termo, segundo uma abordagem onomasiológica. Na verdade, para a realização de um trabalho terminográfico, é necessário o cumprimento de sete etapas: a formalização de um *corpus*; a identificação dos termos; a coleta dos dados e a validação de um especialista; a análise e a síntese dos dados recolhidos; a codificação; a organização e a gestão desses dados (L’HOMME, 2004, p. 45-46). No cumprimento dessas etapas, a definição ou descrição será uma das representações do conceito (como o termo, o ícone etc.), permitindo compreendê-lo e conhecer seu lugar em relação a outros conceitos (SEPPÄLÄ, 2007, p. 1).

Se o projeto terminográfico é produzido em mais de uma língua, fazem-se as etapas em cada idioma separadamente (BÉJOINT; THOIRON, 1996, p. 204). Nessa abordagem bilíngue, a noção de funcionalidade pressupõe a codificação entre a língua materna e a língua estrangeira e a consequente decodificação que permitirá o reverso entre as duas línguas envolvidas (DURAN; XATARA, 2007, p. 312). De acordo com essas autoras, a reciprocidade de um vocabulário bilíngue permite definir o tipo de bilinguismo como um vocabulário recíproco para falantes, tanto do idioma de origem quanto do idioma alvo, ou um vocabulário não recíproco destinado a falantes de uma dessas línguas. A direcionalidade da estrutura também será um fator importante para observar se ela é monodirecional ou bidirecional com os componentes que a induzem. A par dos dicionários monolíngues e bilíngues, existem os monolíngues com equivalências ou semibilíngues, que Béjoint (2000, p. 87) define nestes termos:

Dentre os dicionários para estudantes estrangeiros, um desenvolvido recentemente é o dicionário monolíngüe bilíngüe, com suas definições na língua-fonte e seus equivalentes na língua-meta acrescentados a cada significado. Esses dicionários são importantes, porque vão além da tradicional distinção entre dicionários monolíngües e bilíngües.

Retomando a noção de definição de Seppälä (2007), entendida como uma das representações do conceito, a escola de Lyon, composta pelos pesquisadores P. Thoiron, J.-L. Arnaud, H. Béjoint e C. Boisson, em trabalhos na década de 1990-2000, estabeleceu a correlação entre a estrutura do significante terminológico e seu conceito. Essa relação, para a referida escola, é de biunivocidade e permite “uma abordagem do conceito a partir de uma decomposição do significante” (PETIT, 2009, p. 163). Para os pesquisadores de Lyon, o conceito é divisível em traços conceituais, e o termo é composto de elementos de nomeação que, por sua vez, são compostos de morfemas. Por exemplo, na área jurídica, o termo “constituir hipoteca” é composto de dois elementos de nomeação (*constituir* e *hipoteca*); o elemento “constituir” é composto de dois morfemas. Petit (2009, p. 163) complementa esses dados indicando “que um elemento de nomeação é, portanto, o equivalente a um componente lexical do significante terminológico; a estrutura morfológica do termo deve refletir a de seu conceito”. O termo tem, pois, em si um poder definitório – “definir um termo é descrever seu conceito” (PETIT, 2009, p. 164). Indo além, o autor esclarece que, no mesmo idioma, os elementos da nomeação dificilmente definem todos os traços conceituais de um conceito, enquanto uma abordagem plurilíngue do significante que associa os dados da nomeação em um número de idiomas, o mais exaustivo possível, permite aperfeiçoar ou até saturar o inventário dos traços conceituais. O termo, elemento básico da Terminologia, tem uma forte relação com o seu conceito, mas também com a denominação, assunto que o tópico a seguir aborda.

O objeto: o termo

O conceito de *termo* pode ser discutido a partir de várias perspectivas. Para Wüster (1985, p. 30) e a teoria da TGT, o termo é uma denominação linguística que materializa o conceito, objeto principal de investigação da Terminologia. Segundo Cabré (1998, p. 149) e a teoria da TCT, os termos são o foco da Terminologia, as unidades básicas que denominam os conceitos próprios de cada disciplina especializada e favorecem a comunicação entre especialistas. Barros (2004, p. 40), por sua vez, pontua que o termo é uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico. Rey (1979, p. 25) considera que uma forma linguística (geralmente um substantivo ou um sintagma nominal) se torna um termo quando consegue explicar o lugar do

conceito que denomina no sistema conceitual do domínio. Argumenta ainda o mesmo autor que:

Os sistemas terminológicos, formados por signos com função denotativa, referencial e, mais frequentemente, classificadora, devem ser organizados pelo conjunto dos critérios fundadores da classificação dos objetos de conhecimento: eles podem ser transformados em sistemas de definição que explicam esses critérios (REY, 1979, p. 25).

Essas propostas auguram a dificuldade de definir o termo, que, conforme Cabré (1998, p. 6), “é um poliedro com muitas facetas. Cada uma dessas facetas é uma porta de entrada para esse objeto complexo que é o termo”. L’Homme (2005, p. 1113), por sua vez, ao tratar do conceito de *termo*, concebe-o como “o resultado de uma associação entre um sentido e uma forma”.

Relacionando o “conceito termo” com um dos objetos de estudo analisado neste trabalho, é necessário considerar que o especialista que discute esse conceito influi sobre o termo de acordo com o uso que pretende fazer dele, como, por exemplo, a produção de um dicionário especializado do Direito Ambiental ou da Família. Portanto, o contexto de uso e o de usuário em si afetam “a noção de termo que é sempre colorida pela perspectiva do especialista que a aborda” (L’HOMME, 2005, p. 1113).

Nesse sentido, o termo é uma unidade lexical ligada a diferentes áreas de especialidade, que estão repertoriadas nos dicionários especializados e em bancos de dados de terminologia (L’HOMME, 2004, p. 52). Isso demonstra a importância da área e das fontes que compõem o *corpus* e, portanto, o contexto do estudo proposto. Contudo, a dificuldade para o terminógrafo reside no reconhecimento dos termos específicos de um domínio, para evitar outras unidades lexicais que não se configuram como termos, apesar de sua presença em um texto especializado. Essas considerações apontam para a importância da delimitação do contexto para a seleção dos termos específicos em um *corpus* investigado, ou seja, o domínio de especialidade escolhido para o estudo dos termos relacionados.

No nível linguístico, três critérios podem orientar o reconhecimento de um termo: pertencimento a uma série morfológica de palavras de significado especializado no âmbito de uma língua considerada; presença de uma estrutura sintagmática restrita cuja causa seria o domínio “especializado” e existência de relação de

dependência do termo em relação às unidades que preenchem os dois primeiros critérios (LERAT, 1995 p. 52). Mas também as noções de lexia simples, composta ou complexa precisam ser consideradas para a compreensão dos *fraseotermos* – termos compostos no domínio da Fraseologia (GONZÁLEZ REY, 2015, p. 78). Segundo Pamies (2018, p. 229), o fraseotermo pertence à categoria chamada sintema, termo cunhado por Martinet (1999, p. 11-13), que é composto por, no mínimo, dois lexemas (fonte de cristalização e de idiomatidade) e representa a menor unidade fraseológica.

Como o assinalado anteriormente, o termo tem um valor denominativo, o que torna possível formular um conceito e, do ponto de vista da Socioterminologia, nomear a realidade do mundo dos falantes de um domínio especializado. Na abordagem sociolinguística da Terminologia, a interrogação expressa-se na categorização dos elementos e, em particular, na criação de termos em que se observe, como na abordagem lexicológica da denominação, a diferenciação entre designação e denominação. De acordo com Gaudin (1993, p. 194), “o objeto tem várias designações, entre as quais se escolherá uma decisão última, promovendo uma das designações para a categoria de denominação”. Nessa perspectiva, a designação é composta por elementos não lexicalizados ou, neste caso, não terminologizados, pendentes de estabilização pelo uso em uma comunidade de especialistas. Esse princípio evidencia o limite da terminologia de normalização de Wüster, que se recusa a levar em consideração os usos e as necessidades de nomes das várias comunidades de falantes envolvidos (PETIT, 2009, p. 151). Neste trabalho, toma-se como parâmetro, fundamentalmente, a proposição de L’Homme (2004;2005), Barros (2004) e Gonzales-Rey (2015), considerando que a proposta de planilha atende aspectos qualitativos e quantitativos na análise da macro e da microestrutura de obras terminológicas.

Proposta metodológica de análise dos dicionários especializados

A macroestrutura e a microestrutura dos dicionários são analisadas mediante indicadores que permitem validar os critérios previamente definidos. A análise, portanto, é orientada pelos parâmetros que constam nas quatro colunas da planilha que, por sua vez, indicam os elementos norteadores da avaliação dos dicionários selecionados, com base em informações quantitativas e/ou qualitativas.

Tratamento da macroestrutura

Como já assinalado, este estudo propõe o uso de uma planilha que reúne os parâmetros de análise estabelecidos e está dividida em duas partes para o tratamento da macroestrutura, uma voltada para os aspectos qualitativos e outra para os quantitativos.

Como se pode ver na parte inicial do quadro 1, em um primeiro momento, a análise tem como foco a macroestrutura do dicionário segundo os critérios de Haensch (1982) e de Rey-Debove (2005) e observa os seguintes quesitos: o tipo, o tema, o número de línguas e o público-alvo a que a obra se destina.

Quadro 1 – Macroestrutura, aspecto qualitativo

Estrutura	Critérios	Indicadores		
		Especificidades	No Dicionário de Direito Ambiental (Krieger <i>et al</i> , 2008)	No Dicionário de Fraseotermológico da Família (Baduy <i>et al</i> , 2015)
Macroestrutura	Tipo do dicionário	Geral/Padrão/Enciclopédica/Especial/Terminológicos/Histórico	Especialidade Terminológica Direito Ambiental	Especialidade Fraseotermológica Direito da Família
	Tema			
	Número de línguas	Monolíngue Bílingue: Monofuncional - Função codificar - Função decodificar Bifuncional - as duas funções simultaneamente Trílingue Multílingue	Monolíngue	Monolíngue
Macroestrutura	Público-alvo	Monolíngue Bílingue: <u>Falante da língua materna:</u> Recíproco - falantes das duas línguas Não-recíproco - falantes de uma das duas línguas <u>Atividade:</u> Aprendizes - Nível de aprendizado (Básico, intermediário, avançado) - Faixa etária (Crianças, adolescentes, adultos) Profissionais técnico-científicos Tradutores Outros profissionais	Falante de português Adultos Profissionais do Direito Ambiental	Falante de espanhol Adultos Profissionais do Direito da Família Tradutores Estudantes de tradução

Fonte: Produção nossa com base em Haensch (1982), em Biderman (1998), em Rey-Debove (2005) e em Silva (2007).

O conjunto das informações registradas no Quadro 1 permite definir a adequação do dicionário aos critérios apresentados no parágrafo anterior, indicadores principalmente de natureza qualitativa. Esses dados definem o público-alvo e fornecem elementos que permitem ao usuário orientar-se em meio à oferta de dicionários.

Na verdade, o tipo de dicionário, *geral* ou *de especialidade*, conforme a classificação de Haensch (1982, p. 95-103), permite organizar as obras segundo parâmetros que visem a auxiliar o futuro

usuário (SILVA, 2007). O tema abordado tem, pois, a sua importância em vista do público especializado para o qual um dicionário terminológico específico pode ser uma contribuição. O monolinguismo, o bilinguismo, ou mesmo o plurilinguismo, e as variações dessas funções de codificação e decodificação possibilitam a definição do público-alvo da obra (DURAN; XATARA, 2007). A categoria do público-alvo em relação às línguas faladas, à idade, a sua profissão e a seu nível de ensino são especificidades que apontam para uma utilização otimizada do dicionário selecionado.

No âmbito da macroestrutura, uma série de informações destinadas ao leitor precisam ser disponibilizadas ao usuário com o objetivo de ajudá-lo tanto na escolha quanto no uso do dicionário. A lista de especificidades do critério “informações e conteúdo” é entendida como a mais exaustiva possível para indicar a cientificidade do dicionário em análise. Os indicadores de validação dos critérios são, nesse caso, preferencialmente quantitativos.

Quadro 2 – Macroestrutura, aspecto quantitativo

Estrutura	Critérios	Indicadores		
		Especificidades	No Dicionário de Direito Ambiental (Krieger et al, 2008)	No Dicionário de Fraseologia do Direito da Família (Baduy et al, 2015)
Macroestrutura	Informação, Conteúdo	Número de verbetes	2000	193
		Autor/grupo de autores	Grupo de autores	Grupo de autores
		Ano de edição /Número da edição	2008 / 2. Ed.	2015
		Sumário	<u>Sim</u> / Não	<u>Sim</u> / Não
		Nota sobre a atualização	<u>Sim</u> / Não	Sim / <u>Não</u>
		Apresentação da primeira edição	<u>Sim</u> / Não	Sim / <u>Não</u>
		Origem e desenvolvimento deste dicionário	<u>Sim</u> / Não	<u>Sim</u> / Não
		Introdução	<u>Sim</u> / Não	<u>Sim</u> / Não
		Guia do usuário	<u>Sim</u> / Não	<u>Sim</u> / Não
		Lista das abreviaturas	<u>Sim</u> / Não	<u>Sim</u> / Não
		Fontes de coleta dos termos (<i>Corpus</i>)	<u>Sim</u> / Não	<u>Sim</u> / Não
		Ocorrência dos termos nos textos legais	<u>Sim</u> / Não	<u>Sim</u> / Não
		Glossário	<u>Sim</u> / Não	Sim / <u>Não</u>
		Índice	Português/Espanhol/Inglês Sim / <u>Não</u>	<u>Sim</u> / <u>Não</u>
		Fontes referências	<u>Sim</u> / Não	Alemão-Espanhol, Francês-Espanhol, Inglês-Espanhol
		Bibliografia	<u>Sim</u> / Não	<u>Sim</u> / Não
		Copyright	<u>Sim</u> / Não	<u>Sim</u> / Não
		Biografia sobre os autores	<u>Sim</u> / Não	<u>Sim</u> / Não

Fonte: Produção nossa com base em Haensch (1982), em Biderman (1998), em Rey-Debove (2005) e em Silva (2007).

Em primeiro lugar, o número de termos ou de entradas deve ser suficiente para cobrir todo o conjunto do domínio estudado, ou pelo menos a maior parte dele, levando em consideração o público-alvo da obra, mas também se fundamentando em uma grande base textual e um *corpus* de dados linguísticos da área de especialização, o mais amplo possível, para garantir a credibilidade e o caráter científico do dicionário (BIDERMAN, 1998, p. 131).

A formação dos autores também soma de forma positiva, especialmente quando se trata de um dicionário terminológico elaborado por uma equipe multidisciplinar de terminólogos, lexicólogos, tradutores e especialistas no domínio, fator que interfere de forma positiva na produção de um trabalho científico de qualidade, justamente por agregar colaborações de especialistas com conhecimentos complementares (L'HOMME, 2004, p. 54). A apresentação dos autores, seus antecedentes e sua formação oferecem ao leitor a certeza de usar uma obra de referência. O ano de publicação e, possivelmente, a sua reedição demonstra o mais novo aspecto da pesquisa que gerou a sua atualização.

Posteriormente, a presença de um resumo que detalhe o conteúdo, de uma nota sobre a atualização e de uma apresentação da edição anterior irão facilitar a compreensão da constituição, mas também da evolução do trabalho. A indicação da origem do trabalho de investigação que levou à realização do dicionário, uma introdução, um guia de usuário e uma lista de abreviaturas atestam o caráter científico do trabalho e facilitam a consulta da obra. Como indica L'Homme (2005, p. 1124), os termos devem ser recolhidos nos textos científicos para estabelecer um *corpus* de pesquisa. A indicação das fontes de coleta dos termos e a informação sobre o índice, no sentido de uma “relação de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas num texto”, conforme a ABNT (2004, p. 1), dão cientificidade à obra. A presença de um glossário multilíngue é uma vantagem em dicionários terminológicos e abre perspectivas de internacionalização da obra. Para Correia (2009, p. 31):

Um glossário é uma lista restrita de vocábulos de um determinado domínio do conhecimento, de um determinado registro linguístico, constituída por neologismos, arcaísmos, regionalismos, etc. O glossário distingue-se do dicionário não apenas pelo número reduzido de entradas, mas também pela possibilidade de reduzir as informações apresentadas.

Na sequência, entra-se no “coração” do dicionário por meio do exame da sua microestrutura.

Tratamento da microestrutura

A microestrutura, programa de informação aplicável às unidades lexicais, de acordo com Rey-Debove (2005, p. 2), aponta para um primeiro desafio, o de identificar essas unidades. Como já observado, as unidades em questão devem vir de textos especializados

e ser utilizadas por especialistas na área para garantir o valor científico da obra. O constante movimento da língua que muda com o tempo e com o progresso pode interferir no repertório de termos abrigados pela obra, considerando que, como assinala Biderman (2003, p. 138), “a língua está em perpétuo movimento, seu caráter de inacabado e de devir está sempre presente”. Assim, uma coleção de unidades terminológicas extraídas de textos e de bancos de terminologia, recentes e cientificamente comprovados, parece primordial. A microestrutura reúne sete itens (Quadro 3) cuja presença em uma obra denota o caráter científico do dicionário e destaca a coerência e a qualidade da pesquisa que levou ao desenvolvimento da obra.

Quadro 3 – Organização da microestrutura

Estrutura	Critérios	Indicadores		
		Especificidades	No Dicionário de Direito Ambiental (Krieger <i>et al</i> , 2008)	No Dicionário de Fraseologia do Direito da Família (Baduy <i>et al</i> , 2015)
Microestrutura (Programa de Informação)	Entrada (1)	Termo	Lexias simples 30%, Lexias complexas 70%	Lexias complexas 100% Categoria gramatical, idioma, fonte
	Ocorrência (2)		Texto legislativo onde foi coletado o termo	Fonte onde foi coletado o fraseotermo
	Equivalentes (3)		O primeiro em Inglês e o segundo em Espanhol Seguido de código indicando as fontes bibliográficas dos textos em que foram encontrados	Na ordem: Alemão, Francês, Inglês Seguido da categoria e do código indicando a fonte bibliográfica dos textos em que foram encontrados
	Definição (4)		Formulada pelo legislador ou por especialistas	Formulada pelo legislador ou por especialistas com a ajuda de tradutores
	Referências (5)		Fonte referencial da definição	Fonte referencial da definição
	Complemento	Informações (6) Relações (7)	◇ = Informações complementares sobre o termo ou sua ocorrência ⇒ = Termos que mantenham relação de proximidade ou complementaridade com o termo de entrada	Exemplo do contexto de uso Estrutura do fraseotermo Sem

Fonte: Produção nossa com base em Biderman (1998), em Rey-Debove (2005) e em Silva (2007).

Em uma análise de obras lexicográficas a partir dos parâmetros elencados na planilha, inicialmente, são examinadas as entradas do dicionário cujo quantitativo já estabelecido será detalhado em termos percentuais entre lexias simples e complexas. Essa proporção pode ser calculada pelo método estatístico, tomando-se como objeto de estudo uma amostra aleatória de, por exemplo, as dez letras do alfabeto com o maior número de termos, além de estabelecer uma contagem das duas categorias de lexias presentes nessa amostra.

No caso do Dicionário de Direito Ambiental, as informações acerca dos textos legislativos de onde foram selecionados os termos permitem aos interessados rastrear a origem de cada entrada. Os equivalentes em uma ou duas línguas, distintas da língua de referência, bem como a indicação da fonte referencial desses dados na forma de codificação são de interesse dos usuários, especialmente em domínios especializados, que frequentemente têm repercussão internacional.

A questão da definição em obras de Terminologia é relevante na medida em que permite a delimitação do conceito graças a uma descrição de suas características (SEPPÄLÄ, 2007, p. 1). Ela também determina o espaço do conceito em relação a outros do mesmo domínio. O fato de o texto definitório ser redigido por um terminólogo assistido por um especialista na área aumenta a sua confiabilidade. Como o observado anteriormente, para a Terminologia, quanto mais a fonte de referência for próxima do domínio e certificada pela frequência de uso por especialistas da área, maior confiabilidade terá o trabalho no domínio da especialidade a que pertence. E isso também se aplica às fontes de referência que subsidiam a redação das definições.

Finalmente, três categorias são importantes no âmbito da microestrutura de uma obra terminográfica: as informações sobre os termos ou ocorrências, a descrição das abreviaturas utilizadas e a relação de proximidade ou complementaridade entre certos termos, categorias essas que auxiliam na compreensão do significado de determinados dados.

Reflexões sobre os resultados da análise

Em termos de resultados, a confiança nos indicadores apontados na planilha de análise, sua qualidade, quantidade, presença ou ausência vão determinar se o dicionário analisado atende os requisitos de uma obra adequada a seu público-alvo.

Parâmetros da macroestrutura

No que concerne ao tipo de obra lexicográfica (HAENSCH, 1982), os dois dicionários são terminológicos do domínio do Direito, o primeiro, estritamente terminológico, do Direito Ambiental e de língua portuguesa, o segundo, fraseoterminalógico no sentido de Gonzáles-Rey (2015), do Direito da Família e de língua espanhola, monolíngue, mesmo que inclua, no final da obra, um glossário trilingue que pode

ajudar um público não-nativo da língua. Ambos se aproximam por se configurarem como obras terminológicas, independente da natureza das unidades terminológicas que compõem a nomenclatura do dicionário.

As obras – uma de Direito Ambiental, Dicionário de Direito Ambiental (DDA), e uma de Direito da Família, Dicionário de Fraseologia de Direito da Família (DDF) – são destinadas a um público adulto, formado por profissionais da área jurídica, estudantes de Direito ou de Terminologia e alunos e profissionais na área da tradução para o DDF, cujos autores são principalmente tradutores.

Quanto ao DDA, um detalhe concernente à língua e ao domínio merece destaque: ela evolui, entre a primeira e a segunda edição, em direção ao português brasileiro, tendo ocorrido, na última edição, a remoção de numerosos dados provenientes de textos de Portugal, em decorrência da nova regulamentação europeia ocorrida nesse país.

O número de termos do DDA é de 2.000 na segunda edição aqui analisada e permanece mais ou menos equivalente ao número da primeira edição. Embora tenha ocorrido a remoção de dados de fontes de Portugal, foram inseridos e atualizados muitos dados legislativos do Brasil.

Quanto ao DDF, o número de fraseotermos é de 193, o que pode parecer reduzido em relação ao domínio de especialidade, porém isso é compreensível por tratar-se de uma obra que contempla tão somente fraseotermos.

Os autores das duas obras são especialistas em diversas disciplinas da Linguística, com predominância de terminólogos no DDA e de tradutores no DDF. Todos têm experiência significativa de pesquisa, como atestam os dados curriculares de cada um deles, apresentados nas páginas finais da obra. A equipe de linguistas é composta por especialistas no domínio, que são referência em sua profissão, conforme exigido por toda a produção terminológica científica (L'HOMME, 2004).

No DDA, o ano de publicação, ou melhor, o da segunda edição é 2008, fator positivo pois evidencia a atualização dos dados que resulta, conforme demonstrado na nota sobre a atualização e a apresentação da primeira edição, em uma renovação da legislação para o *corpus*, abandonando todos os textos originais de Portugal em decorrência de novos acordos ocorridos na Europa e da criação de um centro de legislação europeia nessa área. Em paralelo, tendo em conta a nova legislação brasileira sobre o Direito Ambiental, esta obra fornece um recurso para um *corpus* atualizado. No DDF, o ano de publicação de 2015 mostra que se trata de uma obra recente, atualizada.

Na organização das duas obras em si, a presença de um resumo detalhado, uma introdução que apresenta o trabalho, um guia de usuário e uma lista de abreviaturas são elementos que permitem uma melhor utilização do dicionário e atestam a qualidade da obra. No âmbito científico, as fontes de referências consultadas para a constituição do *corpus* e a presença de termos em textos legais são provas de um trabalho de investigação de pesquisadores experientes no domínio da Terminologia. Finalmente, uma ferramenta, o glossário que fornece abertura para o mundo, por meio do trilinguismo, possibilita o acesso ao dicionário por um público não-nativo do idioma português.

O tratamento da nomenclatura de acordo com uma ordem alfabética na DDF teria merecido uma abordagem onomasiológica (BARROS, 2004) que agrupasse os fraseotermos em categorias nas quais a organização alfabética teria encontrado seu lugar. Esse problema, quiçá, poderia ser explicado pela ausência de um terminólogo experiente na equipe que elaborou a obra, a qual é composta apenas por tradutores que têm interesse na Terminologia.

Configuração da microestrutura

A microestrutura é configurada na forma de um programa de informação que contém sete itens numerados de 1 a 7 na planilha 3, numeração essa inserida nos quadros 1 e 2 para referendar os critérios.

Quadro 1 – Exemplo de entrada/termo no Dicionário de Direito Ambiental

1	→	área de preservação ecológica
2	→	LgBR DEC 95922 de 14/04/88, art. 1º, § 1º.
3	→	ecological preservation area WCOST
3	→	área de preservación ecológica WSOL
4	→	Área cujo equilíbrio ecológico é satisfatório, onde o potencial biótico, florístico e faunístico é capaz de manter-se por si mesmo, desde que a presença humana seja praticamente nula.
5	→	LgBR
6	→	◊ Sigla: APT. São áreas onde a proteção é essencial à sobrevivência de espécies da fauna e da flora da biota regional, consideradas vulneráveis, endêmicas ou ameaçadas de extinção, como para bióticos raros de grande significado. Ibid.
7	→	→ ÁREA DE CONSERVAÇÃO ECOLÓGICA; ÁREA DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA.

Fonte: Produção nossa com base no Dicionário de Direito Ambiental (KRIEGER et al., 2008).

Quadro 2 – Exemplo de entrada/fraseotermo no Dicionário de Direito da Família

1	→	Presumir paternidade
2	→	UFER Idioma: Castellano Fuente: CCA Tipo de fuente: código
4	→	Deducir, inferir procreacion por varon
5	→	GITEL
6	→	El concubinato de la madre con el presunto padre durante la época de la concepción hara presumir su paternidad, salvo prueba en contrario. Fuente: CCA
6	→	Nombre verbal + Sintagma preposicional: presunción de paternidad Fuente: MDC
3	→	Alemã: als väter (der vermuten) – Categoria: UFE – Fuente: BGB Francês: présumer la paternité – Categoria: UFE – Fuente: GITEL Inglês: to presume paternity – Categoria: UFE – Fuente: GITEL

Fonte: Produção nossa com base no Dicionário de Fraseologia jurídica de Direito da Família (BADUY et al., 2015).

No DDA, na microestrutura, de um total de 2.000 verbetes encabeçados por termos (1), 30% em média são lexias simples, tais como, na letra L, os termos “Lixo” e “Lote”, e 70% são lexias complexas, a exemplo dos termos “Lixo Especial” e “Lote de Concessão florestal”, também iniciados com a letra L.

No que concerne às ocorrências (2), os textos legais dos quais foram extraídos os termos são indicados com referências específicas e relacionadas ao campo do Direito Ambiental. O registro de equivalência (3), em inglês e em espanhol, quando existentes nessas línguas, permite uma melhor compreensão por falantes não-nativos de português, especialmente quando figurarem entre os das demais línguas no glossário trilíngue. A indicação de recurso na língua estrangeira está também indicada com uma abreviatura. As definições (4) nos verbetes desse dicionário foram construídas por especialistas em Terminologia e com a ajuda de um especialista do Direito Ambiental. Diferentes outras fontes apoiaram a produção das definições (5).

Finalmente, dois tipos de informações complementares sobre o termo ou suas ocorrências (6) e acerca dos termos em relação direta com o termo definido (7), quando aplicáveis, são acrescentadas ao verbete.

No DDF, os 193 verbetes são formados somente por lexias complexas ou fraseotermos, por tratar-se de um dicionário de Fraseologia especializada (GONZÁLEZ-REY, 2015).

No que concerne às ocorrências (2), as leis relacionadas com o campo do Direito da Família, das quais os fraseotermos foram recolhidos, são indicadas com códigos, comprometendo a clareza no uso. A presença de equivalência (3) em alemão, francês e inglês, por fraseologismos cujos equivalentes existem nessas línguas, permite uma melhor compreensão por parte de falantes não-nativos de espanhol especialmente quando se emparelham esses dados no glossário trilíngue e nos três índices bilíngues.

As definições (4) desse dicionário são construídas por especialistas em Tradutologia e contam com a colaboração de um especialista em Direito da Família e com a presença de diferentes fontes que apoiaram o estabelecimento das definições (5).

Considerações finais

A análise das obras lexicográficas com base nos parâmetros descritos nos quadros 1, 2 e 3 aqui discutidos mostra que, dada a sua composição, esses dicionários são resultado de um trabalho de pesquisa realizado por equipes multidisciplinares e contemplam os requisitos de um dicionário do tipo terminológico, tanto no nível de sua macroestrutura (introdução, guia do usuário, referências), quanto no da sua microestrutura (entrada, definição, referências). As informações suplementares apresentadas pelo DDF complementam os dados iniciais e favorecem a compreensão do sistema de conceitos e, por extensão, dos termos. Tudo isso com base na constituição de um sistema conectado de conceitos.

Os três quadros construídos, que acabam por resumir-se em uma planilha, representam um primeiro passo no sentido de definição e sistematização de parâmetros para uma análise de obras terminológicas, observando os critérios de qualidade e quantidade e a consequente validação dos indicadores definidos. Na construção da planilha, buscou-se contemplar os itens compatíveis com as exigências da Terminologia, com base em vários autores de referência nesse domínio de estudo. Buscou-se definir indicadores que permitissem, na análise de obras terminográficas, apurar graus de confiabilidade da pesquisa que gerou o produto terminográfico e, portanto, uma obra recomendável, também, para a aprendizagem.

Posteriormente, essa planilha, assim constituída, será colocada à prova por meio de análise de outros dicionários terminológicos com vistas a avaliá-la e a aperfeiçoá-la em função dos resultados obtidos. Ressalte-se, todavia, que, embora a planilha tenha sido construída *a priori* com o objetivo de estabelecer parâmetros para a análise de dicionários terminológicos, ela pode ser utilizada, com as devidas adequações, como parâmetro para o exame de dicionários de outras tipologias, bastando, para tanto, ser ajustada ao tipo de obra e, consequentemente, aos seus objetivos e a sua estrutura. Em síntese, a proposta de planilha discutida neste trabalho, em última instância, tem o propósito de estabelecer parâmetros para a análise de obras terminológicas e lexicográficas, desde que adequadas aos princípios teórico-metodológicos que sedimentam a obra em análise.

Referências

- ABNT. **ABNT NBR 6034** : informação e documentação: índice. Rio de Janeiro : abnt, 2004. Disponível em: <http://www.etecdesapopemba.com.br/assets/nbr-6034.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.
- BADUY, Marta Susana *et al.* **Fraseología jurídica en el Derecho de Familia**: alemán, español, francés, inglés. Córdoba: Buena Vista Editores, 2015.
- BARROS, Lidia Almeida. **Curso básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BÉJOINT, Henri. **Modern Lexicography**: an introduction. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BEJOINT, Henri; THOIRON, Philippe. **Les dictionnaires bilingues**. Louvain-La-Neuve: Aupelf-Uref-Duculot, 1996.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico**: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 1998. v. 2, p. 131-144.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Análise de dois dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo: o Aurélio e o Houaiss. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, n. 5, p. 85-116, 2002 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59701/62799>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- BOURIGAULT, Didier; SLODZIAN, Monique. Pour une terminologie textuelle. **Terminologies nouvelles**, RINT, n. 19, p. 29-32, 1999.
- CABRÉ, Maria Teresa *et al.* **La terminologie**: théorie, méthode et applications. Ottawa: Les presses de l'Université d'Ottawa; Paris: Armand Colin, 1998.
- CABRÉ, Maria Teresa. Sur la représentation mentale des concepts : bases pour une tentative de modélisation. In: Béjoint Henri et Thoiron, Philippe. **Le sens en terminologie**. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000. p. 20-39.
- CORREIA, Margarita. **Os dicionários portugueses**. Lisboa: ILTEC/Editorial Caminho, 2009.
- DURAN, Magali Sanches; XATARA, Claudia Maria. Critérios para categorização de dicionários bilíngues. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 2007. p. 311-319.
- GAUDIN, François. **Socioterminologie**. Une approche sociolinguistique de la terminologie. Bruxelles: Éditions Duculot, 2003.
- GAUDIN, François. **Pour une Socioterminologie**. Rouen: Publication de l'université de Rouen, 1993.
- GONZÁLEZ-REY, Isabel. **La phraséologie du français** (2e édition revue et corrigée). Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 2015.

HAENSCH, Günther *et al.* **La lexicografía de la lingüística teórica a la lexicografía práctica.** Madrid: Gredos, 1982.

HUMBLEY, John. Quelques enjeux de la dénomination en terminologie. **Cahiers de praxématique**, Montpellier, n. 36, p. 93-115, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/praxematique.338>. Acesso em: 4 abr. 2021.

KRIEGER, Maria da Graça *et al.* **Dicionário de Direito Ambiental:** terminologia das leis do meio ambiente. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

LERAT, Pierre. **Les langues spécialisées.** Paris: Presse Universitaire de France, 1995.

L'HOMME, Marie-Claude. **La terminologie:** principes et techniques. Montréal: Les presses de l'université de Montréal, 2004.

L'HOMME, Marie-Claude. Sur la notion de terme. **Meta:** journal des traducteurs, Montréal, v. 50, n. 4, p. 1112-1132, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/012064ar>. Acesso em: 4 abr. 2021.

MARTINET, André. Le syntème. **La Linguistique**, Paris, v. 35, n.2, p. 11-16, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30249276>. Acesso em: 4 abr. 2021.

PAMIES BERTRAN, Antonio. Aux limites du limitrophes: à propos des catégories phraséologiques. In: SFAR, Inès; BUVET, Pierre-André (Coord.). **La phraséologie entre fixité et congruence.** Louvain-la-Neuve: Academia l'Harmattan, 2018, p. 221-263.

PETIT, Gérard. **La dénomination:** approches lexicologique et terminologique. Louvain: Éditions Peeters, 2009.

REY, Alain. **La terminologie:** noms et notions. Paris: P.U.F, 1979.

REY-DEBOVE, Josette. Typologie des dictionnaires généraux monolingues de la langue actuelle. **Quaderni del CIRSIL**, Bolonha, v. 4, p. 1-6, 2005. Disponível em: <http://amsacta.unibo.it/2301/1/Debove.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

SAGER, Juan Carlos. **A practical course in terminology processing.** Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1990.

SEPPÄLÄ, Selja. La définition en terminologie: typologies et critères définitoires. In: **Terminologie & Ontologies:** Théories et Applications: Actes de la première conférence TOTh, Annecy, p. 23-43, 2007.

SILVA, Maria Cristina Pereira da. Para uma tipologia geral de obras lexicográficas. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. **As ciências do léxico.** Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2007. v.3 p. 283-294.

WUSTER, Eugen. **Einführung in die allgemeine Terminologielehre und terminologische Lexikographie.** Copenhagen: International Information Centre for Terminology, 1985.